JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.03.31 07:17:25 -03'00'

SAAB PARTICIPAÇÕES E NOVOS NEGÓCIOS S.A.

CNPJ 14.772.952/0001-38

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**81**	114
Tributos a recuperar	6	**-**	30
		81	144
Não circulante			
Tributos a recuperar	6	**1.059**	927
		1.059	927
Total do ativo		1.140	1.071
	Nota	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Passivo			
Circulante			
Obrigações tributárias		**-**	2
Obrigações com acionistas	7	**1.138**	-
		1.138	2
Não circulante			
Obrigações com acionistas	7	**-**	1.067
		-	1.067
Patrimônio líquido	8		
Capital social		**1**	1
Reservas de lucros		**1**	1
		2	2
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.140**	1.071

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	9	**(31)**	(17)
		(31)	(17)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(31)**	(17)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	10	**102**	35
Despesas financeiras	10	**(1)**	(1)
		101	34
Resultado antes do imposto de renda e contribuição		**70**	17
Imposto de renda e contribuição social–corrente	11a	**-**	(4)
Lucro líquido do exercício		**70**	13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**70**	13
Total do resultado abrangente do exercício	**70**	13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros – Reserva de Investimentos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos 1° de janeiro de 2021	1	1	-	2
Lucro líquido do exercício	-	-	13	13
Proposta de destinação do resultado do exercício:				
Dividendos mínimos propostos	-	-	(3)	(3)
Dividendos adicionais propostos	-	-	(10)	(10)
Saldos 31 de dezembro de 2021	1	1	-	2
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**70**	**70**
Proposta de destinação do resultado do exercício:				
Dividendos mínimos propostos	**-**	**-**	**(18)**	**(18)**
Dividendos adicionais propostos	**-**	**-**	**(52)**	**(52)**
Saldos 31 de dezembro de 2022	**1**	**1**	**-**	**2**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício antes dos tributos sobre o lucro	**70**	17
Variações dos ativos e passivos		
Tributos a recuperar	**(92)**	(30)
	(22)	(13)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(11)**	(3)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	**(33)**	(16)
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	**(33)**	(16)
Representado por:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**114**	130
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**81**	114

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A SAAB Participações e Novos Negócios S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada à Rua Coronel Gomes Machado, n.º 118, loja 101, Centro, no município de Niterói, RJ–Brasil, subsidiária integral de Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., foi constituída em 25 de abril de 2012 e tem por objeto social a participação societária em outras sociedades. **Pandemia de COVID-19:** A Companhia possui uma equipe médica, que continua acompanhando as suspeitas e casos de Covid-19, sempre seguindo as orientações das autoridades de saúde para manter a segurança de seus colaboradores e a continuidade de suas operações. Além disso, contam com o programa de vacinação contra a gripe. A Administração da Companhia analisou os riscos e incertezas relacionados à pandemia de Covid-19 e não foram identificados impactos relevantes que requeressem ajustes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Companhia preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia. Em 30 de março de 2022, a diretoria executiva da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **3. Principais políticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: Ativos financeiros–custo amortizado: São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. Ativos financeiros–valor justo por meio do resultado: São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Ativos financeiros–mensuração inicial: No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Ativos financeiros–mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • *Valor justo por meio do resultado*: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Passivos financeiros–reconhecimento inicial: Todos os passivos financeiros da Companhia são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Passivos financeiros–mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • *Valor justo por meio do resultado*: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.3. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente as tarifas bancárias. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido. **3.7. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.8. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** As normas apresentadas a seguir foram revisadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2022 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1). As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato oneroso–custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado–vendas antes do uso pretendido; e • Referências à estrutura conceitual. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende adotar as mudanças para períodos futuros, caso se tornem aplicáveis. **3.9. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. CPC 50–Contratos de seguro: Uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica a Companhia. Alterações ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: A norma especifica os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: i) o que significa um direito de postergar a liquidação; ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia. Alterações ao CPC 23: Definição de estimativas contábeis e divulgação de políticas contábeis: As alterações na norma esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, há o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. A Companhia avaliará o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Alterações ao CPC 32: Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos originados de uma simples transação: As alterações restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia. **4. Gestão de riscos financeiros: 4.1. Instrumentos financeiros por categoria:** A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são como segue:

	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2022 Valor contábil	31/12/2022 Valor Justo	31/12/2021 Valor contábil	31/12/2021 Valor Justo
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	**Nível 2**	**79**	**79**	**109**	**109**

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. **4.2. Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Companhia, incluindo as operações sujeitas as taxas de juros e riscos de preços. Risco de taxas de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Companhia obtém aportes de capital de sua controladora. A Companhia também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, utilizou a projeção do CDI para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Banco Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Ativo					
Equivalentes de caixa	**CDI**	**79**	**90**	**92**	**95**
CDI (a.a.)			**13,52%**		

5. Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	**2**	5
Aplicações financeiras	**79**	109
	81	114

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **6. Tributos a Recuperar:** O crédito tributário no valor de R$ 1.059 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 927 em 31 de dezembro de 2021) é proveniente dos pagamentos antecipados do Imposto de Renda na apuração do lucro real. Os valores são periodicamente atualizados pela taxa Selic. **7. Partes relacionadas:** O valor de R$ 1.138 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 1.067 em 31 de dezembro de 2021) corresponde à dividendos a pagar à Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. **8. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social realizado é de R$ 1 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 1 em 31 de dezembro de 2021) e está representado por 1.000 (mil) ações ordinárias, sem valor nominal. b) Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c) Reserva para investimentos: A Companhia constitui reserva para investimentos de importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar suas atividades, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos. A reserva para investimentos não pode exceder a 80% do capital social subscrito. d) Dividendos: Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

9. Despesas gerais e administrativas	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de terceiros	**(21)**	(16)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	**(2)**	(1)
Outras	**(8)**	-
	(31)	(17)

10. Receitas (despesas) financeiras	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimentos com aplicações financeiras	**11**	5
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	**(5)**	(2)
Variação monetária sobre outros ativos	**96**	32
	102	35
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	**(1)**	(1)
	(1)	(1)
Resultado financeiro	**101**	34

11. Imposto de renda e contribuição social: a) Conciliação da taxa efetiva

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**70**	17
Alíquota nominal	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social–alíquotas vigentes	**(24)**	(6)
(Adições) exclusões no cálculo do tributo:		
Permanentes (despesas indedutíveis)	**33**	-
Créditos fiscais sobre prejuízos Fiscais não contabilizados	**(9)**	-
Outros ajustes	**-**	2
Total do imposto de renda e da contribuição social	**-**	(4)
Alíquota efetiva	**-**	24%

12. Seguros: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia contratou o seguinte seguro:

Descrição de seguro	Vigência das apólices	Cobertura
Performance bond	27/03/2022 a 28/03/2023	118.132

Thiago Contage Damasceno **- Diretor;** Luis Carlos Martins da Silva **- Diretor; Contadora:** Gabriela Ferreira Nunes Alves - CRC/RJ 100510/O-9 - CPF: 080.376.027-29

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da **SAAB Participações e Novos Negócios S.A.** Rio de Janeiro–RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da SAAB Participações e Novos Negócios S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 30 de março de 2023. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F; Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-RJ090174/O.